

Pesquisa-ação-formação com jovens rurais: contextos, caminhos e achados

Edeilson Brito de Souza¹, Dione Costa Santos², Glauciane Pereira dos Santos³, Heron Ferreira Souza⁴, Antonio José de Souza⁵

Resumo: *As juventudes rurais têm tensionado a criação de políticas públicas para se pensar o "campo com gente", emergindo discussões como a permanência do jovem no campo, Agroecologia, Economia Solidária e Educação do Campo. O objetivo, aqui, é discutir sobre as ações desenvolvidas durante um projeto de iniciação científica focado no fomento de processos formativos com jovens rurais. A metodologia adotada foi a pesquisa-ação e o público os jovens da comunidade rural Alto Isabel. A intervenção consistiu em: realização de um intercâmbio de experiências e oficinas em territórios educativos do campo; construção de horta coletiva e realização de entrevistas. Os jovens apresentaram forte pertencimento ao campo, mas uma tendência de afastamento com a produção na terra. Assim, torna-se importante a realização de ações formativas que reflitam sobre o projeto de vida dos jovens rurais, abarcando as diferentes possibilidades de trabalhar, profissionalizar e viver no campo.*

Palavras-chave: *Economia solidária. Juventudes rurais. Processos formativos. Agroecologia. Territórios educativos.*

Área Temática: *Agroecologia, Educação, Políticas Públicas e Ruralidade.*

Research-action-training with rural youth: contexts, paths and findings

Abstract: *The rural youth have strained the development of public policies to consider the "countryside with people", bringing up discussions like the permanence of young people in the countryside, Agroecology, Solidarity Economy and Rural Education. The objective here is to discuss the actions developed during an undergraduate research project focused on the promotion of educational processes with rural youth. The methodology adopted was Action-Research and the target audience was young people from the rural community called Alto Isabel. The intervention consisted of: an exchange of experiences and workshops in rural educational territories; building a collective vegetable garden and conducting interviews. The young people showed a strong sense of belonging to the countryside, but a tendency to distance themselves from production on the land. Thus, it is important to carry out training actions that reflect the life project of rural youth, covering the different possibilities of working, professionalizing and living in the countryside.*

Keywords: *Solidarity economy. Rural youth. Training processes. Agroecology. Educational. Territories.*

¹ Licenciado em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha. E-mail: edeilsonbrito@ufv.br

² Tecnóloga em Gestão de Cooperativas e Pós-graduanda da Especialização em Inovação Social com Ênfase em Economia Solidária e Agroecologia, ambos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha.

³ Graduanda do curso Tecnólogo em Gestão de Cooperativas pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha.

⁴ Doutor em Educação; Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, Campus Serrinha.

⁵ Doutor em Família na Sociedade Contemporânea pela Universidade Católica do Salvador (UCSal); professor na Secretaria Municipal de Educação de Itiúba/BA.

Investigación-acción-formación con jóvenes rurales: contextos, trayectorias y hallazgos

Resumen: *Los jóvenes rurales han tensionado la creación de políticas públicas para pensar el "campo con la gente", surgiendo discusiones sobre la permanencia de los jóvenes en el campo, Agroecología, Economía Solidaria y Educación do Campo. El objetivo aquí es discutir las acciones desarrolladas durante la implementación de un proyecto de iniciación científica, centrado en el fomento de procesos formativos con jóvenes rurales. La metodología adoptada fue la Investigación-Acción y el público fueron jóvenes de la comunidad rural Alto Isabel. La intervención consistió en: intercambio de experiencias y talleres en territorios educativos rurales; construcción de una huerta colectiva y entrevistas. Los jóvenes mostraron una fuerte pertenencia al campo, pero una tendencia a distanciarse de la producción en la tierra. Así, se torna importante la realización de acciones formativas que reflexionen sobre el proyecto de vida de los jóvenes rurales, abarcando las diferentes posibilidades de trabajar, profesionalizarse y vivir en el campo.*

Palabras clave: *Economía solidaria; Juventud rural; Procesos formativos; Agroecología; Territorios educativos.*

INTRODUÇÃO

A concepção sociológica da juventude/adolescência é designada, pelo menos inicialmente, como uma das fases mais conturbadas e instáveis da existência humana, indicando algo de negativo no percurso da vida pessoal; embora, mais tarde, converta-se na semântica positiva, salutar e vigorosa representada pelas capacidades físicas (MÜLLER, 2018). O fato é que as dinâmicas sociais exigem dos jovens o imperativo da ‘escolha consciente’ e das decisões importantes advindas do âmbito familiar, educacional, profissional, dentre outros (VALADARES, 2003). Tais decisões são complexas, pois dependem de uma série de fatores relacionados ao aspecto da liberdade individual e sua imbricação com as implicações próprias de quem vive, em sociedade, o pêndulo dos direitos e deveres. Dito isso, vale destacar que o acesso aos direitos político-jurídicos (e, por consequência, o cumprimento dos deveres), demarca um rito de passagem, “catapultando” o jovem para um outro momento existencial (MÜLLER, 2018).

Contudo, deve-se problematizar o acesso (ou não) da juventude aos direitos mencionados. As políticas públicas entendidas, num primeiro momento, enquanto ação do Estado sobre “situações sociais críticas”, têm sido compreendidas como intrínseca a ideia de direitos historicamente conquistados, resultantes de uma interação entre Estado e Sociedade na “[...] forma de exercício de poder em sociedades democráticas [...]” (GIOVANNI; NOGUEIRA, 2015, p. 18-19). No caso brasileiro, as políticas públicas negligenciam os jovens, deixando-os à margem do plano de ação e do planejamento orçamentário; mesmo havendo um aumento nos debates sobre a situação da juventude. De todo modo, o minguado investimento existente tende a privilegiar os jovens que vivem nos espaços urbanos (CARNEIRO, 2007); refletindo o modo como o campo (o rural) é percebido, quer dizer: reforçado nos estereótipos do lugar atrasado, sem oportunidades e no insistente êxodo rural-para-cidade, afinal faltam incentivos quanto à permanência (com garantia de direitos) desses sujeitos/atores no meio rural (ARROYO, 2009).

Assim sendo, cabe sublinhar que privilegiaremos, aqui, o uso do termo “campo” por seu cunho político e projeto social de desenvolvimento agrário, em detrimento do projeto homogeneizante e excludente do agronegócio e do ruralismo brasileiro. Todavia, quando utilizarmos o termo “rural” seu sentido será similar ao de

campo; devendo ser entendido como espaço de vida e produção, com garantias de direitos e dignidade humana às populações que vivem no campo, portanto, como um espaço de possibilidades. A compreensão do “rural” não se dará por comparação ou dicotomização ao urbano, mas por suas ruralidades, identidades, modos de produção da existência – historicamente situada e em movimento –, tendo a ética da vida e os direitos humanos como fundamentos sociais inalienáveis.

Ressaltamos, ainda, a necessidade da construção de Políticas Públicas pautadas na Economia Solidária, as quais possam atender aos anseios da juventude rural, pois as experiências vividas de trabalho coletivo apresentam potencial de reflexão sobre o fortalecimento de lideranças e sobre a estrutura econômica e social (FISCHER; PEREIRA; TIRIBA, 2013).

No contexto de enfrentamento à histórica negação de direitos que os povos do campo, inclusive a juventude rural, têm lutado e conseguido inúmeras conquistas ao longo das últimas décadas, a saber: a elaboração de Políticas Públicas voltadas ao desenvolvimento rural sustentável, à Economia Solidária e à Agroecologia, dando aos jovens maior protagonismo (CASTRO, 2009). O Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) para a juventude rural é representativo desse movimento e concebe os jovens rurais enquanto sujeitos políticos, econômicos e culturais com direitos; trazendo metas de curto, médio e longo prazo para o desenvolvimento rural, a partir de estratégias com objetivo de aproximar as políticas para a agricultura familiar aos interesses e necessidades da juventude rural, a fim de promover a inclusão produtiva, a geração de renda e trabalho, tendo como fundamentos a economia solidária e a agroecologia, além do fomento e fortalecimento de ações de formação, capacitação e escolarização em agroecologia (BRASIL, 2013).

Tais políticas têm como perspectiva garantir direitos à agricultura familiar e fomentar o desenvolvimento das comunidades rurais e territórios camponeses. Segundo Souza (2004), para que exista um movimento relacional entre a ação do Estado e a dos grupos sociais, é fundamental o interesse e a participação ativa dos sujeitos em torno das necessidades e potencialidades de cada lugar, como uma forma de tensionar a permanente autonomia dos sujeitos e o exercício reflexivo sobre a realidade vivenciada.

Entendemos que uma das formas de fomentar o desenvolvimento comunitário e o protagonismo da juventude é através dos processos formativos – os quais estabelecem territórios de aprendizagens, de diálogo e troca de experiências, permitindo que os jovens exercitem a autonomia e reflitam sobre as condições de vida no campo (LIMA; SILVA, 2020). Além disso, é fundamental, também, a efetivação de Políticas Públicas para a juventude rural e ações que permeiam os princípios da economia solidária e da agroecologia (SANTOS, 2022).

OBJETIVOS

Feitas as advertências introdutórias, partimos para a exposição do objetivo deste artigo que pretende apresentar e refletir sobre as ações desenvolvidas ao longo da execução de um projeto de pesquisa, vinculado ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). O mencionado projeto buscou identificar os

saberes e vivências dos jovens, relacionados com a identidade rural e a convivência com o semiárido. Do ponto de vista da ação, pretendeu-se estimular um processo formativo com jovens rurais na tentativa de tencionar uma consciência crítica sobre o viver e produzir no campo. Esse processo formativo fora concretizado no cerne da pesquisa-ação a partir de uma perspectiva crítica por investigar, além da leitura de mundo, as possíveis construções “[...] de lutas, sinergias e estratégias de cooperação e de alternativas sustentáveis e sustentadas de produção [...] da vida humana [...]” (COSTA; SOUZA, 2017, p. 6). Nesse sentido, não seria qualquer vida, mas uma vida digna em abundância.

METODOLOGIA

O público-alvo deste trabalho consistiu em 18 jovens rurais com faixa etária média de 15 anos, os quais eram estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental ou da 1ª série do Ensino Médio, todos moradores da comunidade Alto Isabel, zona rural, localizada a aproximadamente 7 km do município a que pertence (Serrinha-BA). A maioria das ações desenvolvidas foram conduzidas na sede da antiga Associação Comunitária, sendo este o espaço físico de referência para os encontros.

O pressuposto metodológico adotado foi a pesquisa-ação que possibilitou a construção engajada do conhecimento a partir das práticas, saberes e vivências dos participantes, com foco na mudança social da realidade, através do envolvimento dos mesmos enquanto agentes ativos na problematização, compreensão e busca de soluções sobre sua própria realidade (THIOLLENT, 2005).

Por conseguinte, a pesquisa aconteceu conforme Andaloussi (2004), quer dizer: como processo de formação dos sujeitos envolvidos; um sistema democrático, participativo e produtor de saberes e ações. Especificamente, o propósito da pesquisa-ação é realizar, com base na abordagem de André Morin, uma pesquisa e uma ação integrais – calçadas no diagnóstico da realidade (pesquisa PARA), atentas às atuações do grupo/ sujeitos/comunidade (pesquisa SOBRE), pressupondo, finalmente, o envolvimento dos sujeitos no diálogo, problematização e mudança da realidade (pesquisa POR) (ANDALOUSSI, 2004).

Para o diagnóstico do público-alvo, utilizou-se a ferramenta “Árvore dos Sonhos”, por meio da qual os jovens puderam expor seus anseios e desejos ao serem questionados sobre o lugar onde vivem e sobre seus projetos de vida. Assim, eles escreveram seus sonhos de futuro em papéis no formato de folhas que foram penduradas nos galhos de uma árvore desenhada e colocada no centro da sala onde acontecia a reunião. Esta atividade serve à finalidade de estimular a imaginação dos envolvidos acerca de como gostariam que fossem o seu entorno físico e sua base emocional. Por fim, os sonhos individuais escritos e pendurados transformam-se em uma árvore coletiva dos sonhos (TEIXEIRA; DUARTE; MORIMOTO, 2008).

O momento da intervenção, de caráter participativo, foi orientado pela necessidade de “[...] ação-reflexão geradora de ‘conhecimento circular’, no sentido da dialogicidade entre o saber-fazer (científico) e fazer-saber (tácito, tradicional, empírico) [...]”, pelos sujeitos envolvidos (COSTA; SOUZA, 2017, p. 9). Nesse sentido, a

definição do que fazer também se constituiu como momento de diálogo e problematização em torno das necessidades, possibilidades e aprendizagens pretendidas.

Especificamente, a intervenção se deu a partir do: *i*) intercâmbio de experiência ao Sistema de Produção Agroecológica, Integrada e Sustentável (PAIS), onde os jovens participantes puderam conhecer as técnicas de cultivo agroecológicas praticadas neste espaço; *ii*) realização de oficinas sobre tecnologias sociais, autogestão e produção de mudas vegetais; *iii*) mutirões para construção de uma horta comunitária e *iv*) realização de entrevistas com os participantes, objetivando compreender a relação deles com o campo em quatro dimensões específicas: Ser jovem, Identidade, Saberes e Projeto de Vida.

Transversalmente ao processo de intervenção participativa, realizaram-se momentos de avaliação da equipe executora e desta com os jovens. A avaliação foi apreendida não como cumprimento de metas preestabelecidas, mas como um momento de diálogo problematizador sobre o caminho percorrido conjuntamente – uma autorreflexão O do grupo sobre o que conseguiu fazer, aprender e obstáculos enfrentados no percurso; movimento importante para a continuidade ou readequação de ações pelo grupo – quando necessário (COSTA; SOUZA, 2017). Associado a isso, verificou-se, também, a necessidade de aplicação de um roteiro de entrevista com os jovens a fim de apreender sua visão sobre determinados pontos, alguns provocados ao longo da pesquisa-ação formativa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O diagnóstico: ficar (ou não) no campo/roça?

Os processos formativos, sejam eles formais ou não-formais, nos seus mais variados contextos, permitem aos sujeitos construir saberes, experienciar novas vivências, além de refletir sobre a realidade, possibilitando-os perceber o que consideram enquanto fragilidades e potencialidades. Esse foi um dos aspectos evidenciados durante a fase diagnóstica do projeto.

Com a aplicação da “Árvore dos Sonhos”, observou-se que os desejos mais recorrentes entre os jovens, ao serem questionados sobre o lugar onde eles vivem, foram: área de lazer (praça, parque de diversão, sorveteria) e a construção de uma lanchonete. Tal resultado demonstra, de certa maneira, a situação de muitas comunidades rurais locais, caracterizadas pela ausência de opções de lazer para os moradores. É importante ressaltar que os jovens destacaram, ao longo do projeto, outras vivências (como frequentar parques de vaquejada e passear a cavalo) que se relacionam com práticas de lazer no rural e denotam um processo de identificação com o lugar.

A partir dos sonhos é possível considerar que os jovens conseguem conceber melhorias para o lugar onde vivem. Há, no entanto, uma questão evidente na percepção dos jovens que precisa ser compreendida: o rural/o campo é um espaço de direitos e aquilo que é pensado enquanto política de lazer, conseqüentemente, infraestrutura de lazer do urbano, não pode ser negado ao rural (BOESSIO; DOULA, 2016; RUBENICH,

2017). Porém, caberia nesse movimento de concepção da(s) política(s) não perder de vista a valorização dos aspectos, também, específicos do rural/campo ou, de forma mais ampla, aquilo que é fundamental da cultura local.

Como nos lembrou Arroyo (2007), os sujeitos do campo são sujeitos de direitos; da mesma forma, a cultura local precisa ser reconhecida e valorizada, ficando sob responsabilidade dos sujeitos de direitos reconstruir/ressignificar a vida local como um processo criativo, autocrítico e emancipado, jamais como resultado de um fazer alienado, subjogado e impositivo. Tal perspectiva põe em xeque a visão limitante do rural como o oposto do urbano ou sua incorporação ao urbano à medida que assimila elementos deste. Conforme ressaltam Kummer e Colognese (2013), o rural não é um espaço isolado, mas, que nas suas particularidades é, também, influenciado pelos processos sociais contemporâneos (globalização, sociedade informacional, desenvolvimento tecnológico etc.).

A melhoria da produção agropecuária local destacou-se durante as discussões das respostas do diagnóstico, principalmente por parte dos adultos que participaram. Tais questões chamam a atenção para a necessidade de uma proximidade maior entre eles (os adultos) e a terra, bem como os adolescentes/jovens e a terra, pois – estes últimos – apesar de viverem no campo/roça, não têm uma dinâmica de vida ativa na produção agropecuária, uma vez que passam boa parte do tempo na escola e/ou no trabalho – os quais, na maioria dos casos, estão na zona urbana.

Assim, destaca-se “[...] o papel que a educação escolar tem cumprido neste processo de desvalorizar a vida rural, enquanto reforça a ideia de que o espaço urbano oferece mais atrativos [...]” (REDIN *et al.*, 2013, p. 232), ao passo que processos educativos podem contribuir para o caminho inverso, como no caso deste projeto, em busca da valorização e melhoria da dinâmica de vida e produção no/do campo.

Vale ressaltar a importância do diálogo de saberes entre a juventude e o público adulto para o desenvolvimento do meio rural e para a compreensão dos contextos por eles vivenciados. Tais diálogos surgiram durante a fase diagnóstica do projeto, na qual se discutiu sobre as dificuldades enfrentadas no cultivo da terra, a escassez de chuvas, as consequências do desmatamento e das queimadas que ainda são praticadas na região, dentre outras discussões e possibilidades de sanar as problemáticas apresentadas, como a construção de tecnologias sociais de captação de água da chuva, técnicas de irrigação, dentre outras.

Parte dos jovens que participaram da atividade ajudam seus familiares no trabalho da roça, afinal – como afirma Rios (2011, p. 65, grifo da autora) – a infância/juventude “[...] na roça é marcada pelo trabalho [...] a ‘lida’ [...]”; contudo, a maioria relata não ter muita proximidade com a produção e cultivo da terra devido, segundo ela, principalmente, ao tamanho reduzido das propriedades onde vivem. Não obstante, sabe-se que o tamanho da propriedade rural não justifica em si o não envolvimento dos sujeitos que nela residem com o cultivo da terra, visto a existência de diversas práticas agrícolas (como, por exemplo, hortas suspensas) que não exigem muito espaço. Além disso, os pais destes jovens, em sua grande maioria, possuem outros meios de trabalho sem ser a agricultura.

A identidade rural destes jovens, baseada nos dados da diagnose, é muito forte, no sentido do pertencimento ao local, visto que vivem nas localidades rurais desde que nasceram, por isso afirmam gostar de

morar no campo/roça; ainda assim, não encontram ali as oportunidades e expectativas de futuro. Tais constatações são corroboradas por Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2020) que, tendo desenvolvido ações com jovens rurais, também perceberam o pertencimento destes ao campo/roça, através de um vínculo estabelecido no nascimento e nas vivências acontecidas naquela territorialidade; contudo, tal identidade e pertencimento não são suficientes para fazê-los permanecer e fincar raízes neste território, principalmente com o apelo das ideias advindas das diferentes “tribos” que nos atravessam, intensificadas pelo acirramento da globalização (BAUMAN, 2005; SOUZA, 2018).

A propósito, Souza (2018, p. 59, grifos do autor), alerta-nos para a globalização – da qual testemunhamos em contexto ambivalente – isto é: “[...] o mesmo que aproxima e afasta; divide ao passo que também une [...] ‘o ser/sem estar junto’, ou seja, é o movimento ‘global’ que se avizinha da vida ‘local’ [...]”. Dito isso, vale sublinhar que as identidades (no plural mesmo) de uma pessoa são fenômenos da ordem do social e não do natural e, por conseguinte, algo não compulsório (CIAMPA, 1997). Então, se-é-um-em-metamorfoses; constata-se, de acordo com Ciampa (1997, p. 64) “[...] uma obviedade: nós somos nossas ações, nós nos fazemos pela prática [...]”.

Em seguimento, Costa Júnior (2007) destaca que uma das dificuldades encontradas no âmbito da Agricultura Familiar é a sucessão da condução da unidade produtiva e a formação de novas gerações de agricultores, pois muitos jovens não querem dar continuidade ao processo produtivo nas propriedades em que seus pais trabalham; fato que pode contribuir para o êxodo rural.

Essa ideia de não continuidade pode estar associada a percepção dos jovens quanto às dificuldades reais de manter a unidade produtiva familiar; a não identificação com o trabalho na terra (o que também é legítimo enquanto projeto individual) ou a apreensão de uma visão estigmatizada do trabalhar na terra e viver no rural - encontrando no sair-do-rural uma projeção de sucesso ou acesso aos bens, serviços e oportunidades concentradas no meio urbano (a fonte de desejo: mas, que não significa, necessariamente, ter acesso) (KUMMER; COLOGNESE, 2013).

Deve-se observar que, ser-de-um-lugar, segundo Rios (2011), não significa obrigatoriamente um laço que denote ser-parte-do-lugar, pois, para além de tal perspectiva, há as relações estabelecidas ali. Nesse sentido, as pesquisas sobre “[...] as ruralidades têm possibilitado [...] falar do rural não [...] apenas [como] um espaço geográfico, mas às relações que são desenvolvidas [a partir dos] pertencimentos, deslocamentos, posicionamentos, subjetividades” (RIOS, 2011, p. 77).

Para outros (pais e filhos) ‘sair’ do meio rural é uma estratégia para o ‘ficar’ - à medida que se busca, nos processos de escolarização, as técnicas e a formação específica para desenvolver trabalhos relacionados aos processos produtivos e de gestão do rural (RUBENICH, 2017). Por isso, de acordo com Pereira (2012, p. 291-292), é importante a “[...] preparação para diferentes profissões que são necessárias ao desenvolvimento do território [com base na agricultura]: agroindústria, gestão, educação, saúde, comunicação [...]”, mas sem desconsiderar que a produção agrícola é a base da reprodução da vida. Em vista disso, as diferentes áreas de

formação e atuação profissional no meio rural são concebidas a partir de um projeto de desenvolvimento de campo/roça que tem (ou deveria ter nas Políticas Públicas) como referência teórico-prática a soberania alimentar, a agroecologia e a cooperação.

Campigotto (2014, p. 43), também, reforça essa compreensão sobre a importância do direito à escolarização como estratégia de desenvolvimento do campo/roça com gente. Nesse sentido, o referido autor afirma que: “Além da terra, precisamos de educação, e não é só para ser veterinário, agrônomo, a gente quer médico no campo, professor, engenheiro, todas as profissões”. Destaca-se, ainda, a ideia de ‘sair’ como estratégia pluriativa de trabalho para complementar a renda, ou mesmo no âmbito da complementaridade do processo de produção agrícola a partir da comercialização dos excedentes nas feiras locais (circuito curto de comercialização).

De todo modo, ressaltamos que, se tem sido observado dificuldades para a inserção produtiva dos jovens no meio rural, sobretudo no tocante à produção na unidade familiar; o que ainda precisa ser foco de debates e ações nas políticas de agricultura familiar voltadas para as juventudes rurais. Faz-se, também, importante reconhecer a pluriatividade do trabalho no meio rural e seus possíveis reflexos no projeto de vida dos jovens. Portanto, como afirmam Couto, Reis e Silva (2017), a pluriatividade na Agricultura Familiar está relacionada à articulação de atividades agrícolas com aquelas não-agrícolas remuneradas, podendo ocorrer dentro ou fora da unidade produtiva familiar. Os autores acrescentam:

[...] são pluriativas tanto as famílias que não conseguem ocupar a mão de obra familiar total na sua própria unidade produtiva como as famílias que necessitam complementar o orçamento familiar com rendimentos não-agrícolas, sejam provenientes do assalariamento ou por meio do exercício de atividades no interior das unidades produtivas, mas não vinculadas diretamente à agricultura (artesanato, comércio, entre outras). Por fim, considera-se pluriativa a família de agricultores que possui pelo menos um integrante praticando alguma atividade não relacionada diretamente à produção animal ou vegetal (COUTO; REIS; SILVA, 2017, p. 53-54).

No âmbito das atividades direta ou indiretamente ligadas à produção agropecuária - principalmente quando a renda econômica familiar está atrelada à comercialização dos produtos agropecuários - destaca-se a possibilidade de maior participação dos jovens com questões que perpassam aspectos mais interativos e técnico-informacionais (estratégias de marketing nas redes sociais, de gestão da produção, comercialização, dentre outras). Embora reconheçamos a importância das trocas de saberes historicamente acumulados pelos agricultores com as novas gerações, é fundamental que isso se dê, igualmente, reconhecendo outras possibilidades de atuação dos jovens na unidade produtiva familiar, grupo produtivo, cooperativa ou associação.

De modo geral, tais questões não significam deslegitimar a importância da terra enquanto espaço de produção de alimentos, mas compreender as nuances, desafios, estratégias e possibilidades para a produção da vida no campo/roça/rural. Além disso, essas problematizações levantadas contribuem, em alguma medida, para a apreensão da necessidade de articular a produção agrícola em si, o processamento de produtos agrícolas (quando couber), a distribuição e/ou comercialização. E, além disso, como sinalizou Caldart *et al.*, (2012), é

preciso reconhecer a formação de profissionais para trabalhar no campo/roça considerando as diferentes dimensões do projeto de desenvolvimento do campo (produção, saúde, comunicação, gestão, educação e etc.).

Observação da realidade e o território educativo: (re)pensando ações

Como já se sabe, os jovens envolvidos no início das ações foram 18, porém apenas 1/3 deles permaneceram até o final do projeto, demonstrando disposição para socializar saberes adquiridos, dar sugestões no desenvolvimento das atividades, além de mostrarem proatividade, criatividade, solidariedade e exercício de liderança. Essa evasão se deu, principalmente, devido à dificuldade de se encontrar horários compatíveis à rotina dos participantes, durante a semana, impossibilitando que pudessem frequentar as atividades.

Uma vez tendo um grupo de participantes engajados, pensou-se em ações voltadas à construção de uma consciência ambiental, à valorização da cultura local e ao fortalecimento de laços de coletividade e cooperação. Assim, decidiu-se, a partir do diálogo com os participantes, tomando por base elementos identificados na fase diagnóstica, construir uma horta coletiva no terreno da antiga sede da Associação Comunitária.

Cabe ressaltar que a forte identificação com o rural, a pouca relação com a terra, a demanda por espaços de lazer e as vivências escolares de alguns jovens proporcionaram os tensionamentos em torno da proposta de ação-formação-ação, não em uma perspectiva de impor visões, mas no sentido de problematizar, no movimento de ação-reflexão-ação, determinadas visões dos jovens – algumas inclusive reforçadas no âmbito familiar ou na própria escola – em que se buscou proporcionar um olhar crítico-reflexivo sobre o rural, o viver e trabalhar no campo/roça, as ruralidades, a relação entre formação-profissionalização e trabalhar no rural de modo a permear aspectos que transversalizam o campo/roça.

Portanto, visando promover discussões relacionadas às tecnologias sociais, técnicas de produção agroecológica e dialogar também sobre a coletividade no processo de construção e manejo de um sistema produtivo coletivo, realizou-se o intercâmbio ao sistema PAIS. O objetivo dessa ação foi aproximar os participantes ao processo de construção e manutenção de uma horta coletiva, a partir da visualização de diversas técnicas de produção agroecológica como: cobertura morta, adubação verde, bioinseticidas, biofertilizantes, dentre outros, promovendo a troca de saberes entre os envolvidos.

Ao longo dessa atividade, os jovens demonstraram interesse em saber mais sobre a agroecologia, trocaram experiências relacionadas à etnobotânica e conheceram novas técnicas de cultivo. Mas, foram evidenciados no intercâmbio enfoques que ultrapassam a dimensão técnica da horta. Discutiu-se, por exemplo, a importância da segurança alimentar; a horta agroecológica como um espaço de troca de saberes e de experimentação; a agroecologia como matriz produtiva, ciência e movimento social e político, portanto, uma questão de interesse não apenas ao campo/roça, mas, igualmente, à cidade; bem como às diferentes áreas do conhecimento, como: a saúde, a gestão, os direitos humanos, a educação. Assim, os intercâmbios de experiência, como destacado por Souza *et al.*, (2018), se constituem como espaços ricos e propícios à construção de vivências e trocas de saberes.

A partir da sensibilização inicial dos jovens durante o intercâmbio, traçou-se estratégias formativas práticas, como a ideia da construção coletiva de uma horta comunitária. O propósito desta atividade ultrapassava a feitura e manutenção da horta, pois, pretendia fomentar o engajamento dos jovens da comunidade no fazer-coletivo, inserindo-os na dinâmica da produção rural com o território educativo (a horta).

Entendemos, a partir da Educação do Campo, que os territórios educativos do campo/roça são espaços de “ensinagens” e aprendizagens para o desenvolvimento de um modo de vida no qual espaços/existências (a escola, comunidade, pessoas, trabalho etc.) não sejam entendidos(as) puramente enquanto mercadoria (BORTOLETO; BERNARDI; PELINSON, 2017; FERNANDES, 2012). Dessa forma, tais territórios podem ser entendidos como espaços concebidos e vividos pela comunidade onde há produção de saberes, fazeres e valores como, por exemplo, quintais, viveiros, hortas, áreas de preservação, tecnologias sociais, espaços de organização social, de produção da cultura local, de trabalho, dentre outros. Assim, durante o processo formativo, as temáticas agroecologia, economia solidária e autogestão (práticas mais igualitárias, pois colocam os participantes em constante atividade cooperativa entre os pares) permearam as discussões e as práticas dos jovens partícipes (SINGER, 2002).

A Autogestão e a Economia Solidária trazem consigo a base conceitual e prática da dinâmica coletiva de um grupo produtivo. Arelado a isso, a Agroecologia embasou as práticas e técnicas implementadas na horta, bem como as discussões sobre convivência com o semiárido e sustentabilidade ambiental, revelando o quanto é fundamental para a construção da relação social destes jovens com o campo/roça.

A intervenção como clímax do processo formativo

A intervenção principal se deu por meio da construção da horta coletiva, onde constituiu-se um espaço propício para trocas de saberes entre os participantes; envolvendo atividades de ação-reflexão-ação (oficinas e momentos de diálogo). Tais práticas coletivas quando “[...] acompanhadas de processos de educação/formação em economia solidária [tornam-se ações que] instigam a reflexão [...]” (FISCHER; PEREIRA; TIRIBA, 2013, p. 75).

Durante os mutirões semanais com os jovens para a construção da horta (Figura 1), foram desenvolvidas ações como limpeza da área de plantio, preparação do solo, levantamento dos canteiros, plantio de mudas e sementes, manejo das hortaliças, construção de um viveiro de mudas, implantação de tecnologias de baixo custo para irrigação, colheita das hortaliças, dentre outras.

A dinâmica de manutenção diária da horta foi feita através de uma escala, na qual os jovens, que tinham disponibilidade, ficavam incumbidos de cuidar do manejo da área em dias específicos ao longo da semana; evitando sobrecarga de trabalho. Semanalmente, aos sábados, a maioria dos participantes se encontrava na horta para a realização das oficinas, manejo da área e colheita das hortaliças. Os produtos colhidos foram comercializados na própria comunidade pelos jovens. O dinheiro arrecadado foi revertido para a compra de

insumos usados na horta e, também, guardado no caixa do grupo e, posteriormente, distribuído entre os participantes.



Figura 1 – Processo de construção da horta coletiva com os jovens, destacando-se algumas das etapas realizadas: preparo do solo, tratos culturais e construção do viveiro de mudas.

Fonte: Os Autores, 2018.

O principal problema enfrentado durante as ações foi a evasão dos participantes, motivados, segundo relatos, principalmente por problemas familiares e atividades domésticas, escolares e laborais, as quais impactaram na escolha dos dias e horários adequados para a realização das atividades do projeto. Apesar disso, o desenvolvimento das ações permitiu que os jovens tivessem mais contato com a dinâmica de produção agrícola, compreendendo a importância da realização de práticas agroecológicas e valorizando a economia solidária e a autogestão. Tais aspectos corroboram com Silva *et al.*, (2016) quando diz que a realização dessas atividades constitui-se importante para a formação profissional e pessoal dos indivíduos, sendo promotora de uma consciência para a melhor utilização e aproveitamento dos recursos e oportunidades locais existentes, afinal a Agroecologia não é só produção agrícola é, também, uma forma de ver e estar no mundo.

A avaliação final como subsídio para novas reflexões

Na finalização da ação formativa, realizou-se uma entrevista conduzida a partir de quatro pontos norteadores: a) Ser jovem, b) Identidade, c) Saberes e d) Projeto de Vida. Esses pontos permitiram alcançar a percepção que os jovens têm sobre si próprios e suas dinâmicas de vida no rural e prospecções futuras.

Sobre o primeiro ponto norteador (Ser jovem), embora – no primeiro momento – parecesse ser uma questão simples, revelou-se uma pergunta difícil de ser respondida pelos entrevistados, os quais hesitaram, demonstrando dificuldade para se expressar ante à questão subjetiva e existencialista demais por exigir a consciência de se-ver-existindo em um corpo jovem (SOUZA, 2022). Para Castro (2009), a definição do conceito de jovem é muito ampla e diversa, extrapolando o quesito faixa etária, variando de acordo com o espaço e com o contexto social que estes indivíduos ocupam. Ser parte desta categoria social é compor um processo de transição e de contradições.

De modo geral, as respostas apresentadas pelos entrevistados direcionaram para a ideia de juventude como uma etapa de passagem para a vida adulta; logo, relacionada com os sentidos/significados: “*aproveitar a vida*”, “*diversão*” e, conseqüentemente, de não ter os compromissos ou responsabilidades inerentes à vida adulta. Outra visão identificada na fala dos jovens aproxima-se da realidade vivida por outros jovens brasileiros tanto do campo/roça quanto da cidade, qual seja: a de que ser jovem é também ser trabalhador(a), uma vez que as condições de desigualdades sociais no país colocam o trabalho como uma necessidade imediata para a juventude se autossustentar ou ajudar na renda familiar. No caso do meio rural, o jovem é, em via de regra, uma força de trabalho integrante da Unidade Produtiva Familiar (UPF). Portanto, embora o processo de escolarização tenha sido entendido como fundamental para as famílias, na medida do possível e pela força das necessidades familiares, os jovens buscam ajudar nas atividades da UPF. Um aspecto não evidenciado – por não estar explícito nas falas dos jovens – foi o entendimento dos partícipes enquanto agentes políticos; conjecturamos que tal ausência seja decorrente da pouca relação e inserção das famílias e dos jovens com atividades sindicais, Movimentos Sociais e outras organizações do campo/roça (CASTRO, 2009).

Cabe ainda ressaltar que as Organizações Sociais, a família e a comunidade têm um papel importante na construção das identidades na visão do campo/roça e na elaboração do projeto de vida dos jovens rurais. Todavia, a permanência dos jovens no campo/roça não é uma questão atrelada, apenas, ao incentivo das famílias ou a inserção deles nas atividades produtivas; isso pode ser, inclusive, insignificante diante de outros fatores, a saber: a falta de oportunidades, direitos básicos, insuficiência de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e para a juventude rural, dentre outros (BOESSIO; DOULA, 2016).

Percebeu-se que, apesar dos entrevistados quererem permanecer no campo/roça, a maioria deles não conseguiram identificar oportunidades de trabalho neste espaço. Porém, ao serem questionados se aceitariam participar de algum grupo de produção na comunidade, todos eles disseram o quão estariam dispostos a aproveitar

tais oportunidades, mas alguns disseram que aproveitariam as oportunidades até aparecer algo novo com o qual se identificassem mais.

Sobre a dimensão dos saberes, percebeu-se que as experiências sobre o campo/roça foram adquiridas pelos entrevistados, majoritariamente, a partir do contato com os avós do que com os pais, em virtude de as gerações mais antigas terem maior experiência com o plantio. Depois, considera-se o fato de que os pais dos entrevistados, em sua maioria, possuem outras formas de trabalho sem relação direta com o campo/roça.

Essa realidade diagnosticada se deveu a três fatores principais: a proximidade entre a comunidade e a zona urbana; a maioria das moradias não possui terreno amplo para plantio – visto que são loteamentos resultantes da venda ou divisão de terrenos entre os herdeiros; e a falta de incentivo dos pais quanto à permanência do jovem no meio rural, pois para eles essa é uma realidade muito sofrida, no tocante à garantia de direitos básicos.

Desde cedo os jovens rurais começam a trabalhar no campo/roça, inicialmente junto com os pais e/ou avós, ajudando-os nos serviços do campo/roça. Diante dessa realidade e das percepções dos entrevistados, pode-se afirmar que o trabalho na roça é percebido como uma forma de ajudar os familiares, mas não como uma possibilidade de projeto de vida, pois para a maioria deles o trabalho não é tão atrativo e rentável. Sobre esse assunto:

Os jovens rurais, geralmente, começam a participar das atividades realizadas na propriedade rural muito cedo, nesse período acontece também um estreitamento das relações dos jovens com sua família onde eles começam a se inteirar da parte econômica e produtiva da propriedade, assim como, passam a participar das dificuldades que existem nas atividades, muitas vezes, por eles realizadas. Com isso, eles precisam aprender a lidar com as responsabilidades e também criar conceitos ou ideias que venham a melhorar a produção, ou ainda, tentar achar respostas ou ações que venham a minimizar ou resolver eventuais problemas existentes na propriedade (CARVALHO *et al.*, 2009, p. 3).

Contudo, apesar dessas percepções tidas pelos jovens – a respeito do meio rural com relação às oportunidades de trabalho – é importante destacar que a agricultura familiar é responsável por boa parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, sendo de grande importância no mercado econômico da agricultura (CARVALHO *et al.*, 2009; COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO, 2021), representando 67% das pessoas que vivem no meio rural (IBGE, 2017). Ou seja, o trabalho no campo pode ser prazeroso e rentável, desde que haja maiores incentivos de Políticas Públicas e a adoção de técnicas e modos de produção mais adequados a cada realidade.

Referente ao projeto de vida, às escolhas estratégicas que os jovens pretendem seguir futuramente, a maioria deles pretende permanecer no campo/roça devido à tranquilidade e do contato com a natureza, porém questionam a dificuldade do dia a dia, acerca do acesso ao transporte e o lazer. Disse um dos entrevistados: “[...] *é bom morar no campo e ao mesmo tempo é ruim porque é difícil sair para lugares, até mesmo para ir pro colégio pegar o transporte, pois é muito longe [...]*”. Outros percebem o trabalho rural como cansativo e difícil devido às condições socioeconômicas e ambientais.

O projeto de vida dos jovens está, em grande parte, atrelado ao trabalho, vinculando-se ao conceito de juventude enquanto uma fase de transição da infância para a vida adulta e, nesta última, o trabalho é uma necessidade do indivíduo imposto pela sociedade capitalista (VIANA, 2012). Aqui, os processos educativos assumem papel significativo na escolha dos jovens, apresentando-lhes diferentes possibilidades (KLEIN; ARANTES, 2016).

Sobre as profissões que os jovens entrevistados desejam seguir, percebeu-se uma aproximação com o meio rural – a maioria citou medicina veterinária (36,4%) e vaqueiro (18,1%). Os demais citaram outras profissões que, no primeiro momento, não se relacionam diretamente com o campo/roça, como: nutrição, administração, informática, direito, jogador de futebol, mecânica e medicina. O que não significa impossibilidade de articulação com a realidade do campo/roça, considerando a multifuncionalidade, pluriatividade e acesso a direitos básicos das populações que vivem no campo/roça. Certamente, o maior desafio é a contextualização da profissão às necessidades e contexto do rural, porque a concepção de ruralidades nos leva a entender as novas dinâmicas e relações socioculturais e produtivas no meio rural, para além da terra e sem desconsiderá-la. Alguns dos fatores pertinentes à escolha dessas profissões pode ser o convívio com as pessoas próximas, isso fica manifestado na seguinte fala de um dos participantes:

[...] eu tenho um professor que ele é advogado e ele fala que a profissão é muito boa e aí eu andava conversando com ele e ele me falava que era para eu tentar que eu ia conseguir [...] depois que eu comecei a ir pra fazenda com meu primo e meu padrinho, passei a gostar [da profissão].

A cultura local também pode influenciar nessas escolhas. A presença de uma forte cultura em torno da profissão do vaqueiro no município e da presença de um parque de vaquejada na comunidade vizinha, provavelmente influenciou os jovens entrevistados a desejarem seguir profissões como a de vaqueiro e a de medicina veterinária.

Sobre essa reflexão do trabalho e juventude, Viana (2012) aponta que essa relação é complexa, pois:

O destino dos jovens, na sociedade moderna, é o trabalho. Essa, portanto, é uma das preocupações fundamentais dos jovens, bem como da psicologia e outras ciências. A questão da **escolha vocacional** é uma das mais constantes nas análises psicológicas da juventude. A relação dos jovens com o trabalho se manifesta nos dilemas existenciais, na vida psíquica e nas representações e concepções destes. A **ideia de projeto de vida** remete a uma questão fundamental que está intimamente relacionada com o trabalho e a escolha vocacional. (VIANA, 2012, p. 164, grifos do autor)

Portanto, a realização dessas entrevistas favoreceram a percepção dos aspectos que permeiam a realidade dos jovens da comunidade, sendo fundamental na compreensão de como os jovens percebem a si próprios e de como essa percepção, somada com os contextos em que eles vivem, têm a capacidade de moldar seus projetos de vida.

CONCLUSÃO

Consideramos que alcançar os objetivos propostos não significa, apenas, atingir determinado quantitativo de jovens participando, mas, sim o envolvimento dos sujeitos que efetivamente se dispuseram a participar, trocar experiências e se engajar durante as ações formativa, fortalecendo o pertencimento dos jovens ao campo/roça.

Evidenciou-se ao longo das ações a existência de diversas visões sobre o campo/roça e sobre o ser-jovem – que foram sendo discutidas durante as etapas deste estudo –, demonstrando a necessidade de uma problematização para além da que ocorrera aqui, através da promoção de espaços reflexivos sobre o lugar que a juventude rural ocupa, suas histórias de vida e como estão sendo pensadas as Políticas Públicas para estes sujeitos e a sucessão dos povos do campo/roça.

Percebeu-se, ainda, que a realização deste projeto foi fundamental para a autoanálise dos atores envolvidos acerca da juventude rural e da importância das ações formativas junto aos territórios educativos na problematização das realidades vivenciadas, pois permitiu a troca de saberes em torno da Agroecologia, das identidades rurais (ruralidades), da Economia Solidária e da etnobotânica – em diálogo com os territórios educativos fomentados.

Assim, destacamos a necessidade de encorajar o desenvolvimento de ações formativas (a exemplo dos territórios educativos) e o intercâmbio de saberes/experiências, bem como a promoção de discussões e reflexões a respeito tanto das juventudes rurais quanto de outras temáticas pertinentes a tal contexto.

REFERÊNCIAS

- ANDALOUSSI, Khalid El. Pesquisas-ações: ciências, desenvolvimento, democracia. São Carlos: EdUFSCar, 2004.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. Políticas de formação de educadores (as) de campo. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 27, n. 72, p. 157-176, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/jL4tKcDNvCggFcg6sLYJhwG/?format=pdf>. Acesso em: 06 Ago. 2019.
- BAUMAN, Zygmunt. Identidade. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BOESSIO, Amábile Tolio. DOULA, Sheila Maria. Jovens rurais e influências institucionais para a permanência no campo: um estudo de caso em uma cooperativa agropecuária do Triângulo Mineiro. *Interações*, Campo Grande, MS, v. 17, n. 3, p. 370-383, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/XqxsGDRJYbCwbDdtTyRxFPh/#>. Acesso em: 26 Fev. 2023.
- BORTOLETO, Edivaldo José; BERNARDI, Luci Teresinha Marchiori dos Santos; PELINSON, Nadia Cristina Picinini. A educação do campo enquanto um horizonte para o desenvolvimento de um modelo de economia. *Polem!ca*, v. 17, n. 1, p. 054-072, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/28298/20337>. Acesso em: 14 Dez. 2022.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2013. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/handle/123456789/1040>. Acesso em: 13 Dez. 2022.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Orgs.). Dicionário da educação do campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMPIGOTTO, Gleisa. Juventude rural e a permanência no campo e na floresta: vida, terra e sustentabilidade. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. Juventude rural e Políticas Públicas no Brasil. Brasília: Presidência da República; NEAD/MDA; IICA, 2014. p. 39-52.

CARNEIRO, Maria José. Juventude e Novas mentalidades do Cenário Rural. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. (Org.) Juventude rural e perspectiva. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p. 53-66.

CARVALHO, Daniela Moreira; SANTOS, Alyson Brayner; SOUZA JÚNIOR, Jalmir Pinheiro; FERRER, Moises Tenorio. Perspectiva dos jovens rurais: campo versus cidade. In: 47º Congresso Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER. Anais. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/881.pdf>. Acesso em: 17 Jul. 2019.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, v. 7, n. 1, p. 179 - 208, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2009000100008. Acesso em: 26 Fev. 2023.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1997. p. 58-75.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. Boletim da Agricultura Familiar, Brasília, DF, v. 1, n. 1, jul. 2021. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/boletim-agricultura-familiar/>. Acesso em: 02 Jan. 2023.

COSTA, Davi Silva da; SOUZA, Heron Ferreira. Inovação social e estratégias de convivência com o Território Velho Chico (BA) amparados na agroecologia e na intervenção participativa. *Revista Macambira*, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <http://revista.lapprudes.net/index.php/RM/article/view/100>. Acesso em: 17 Jan. 2023.

COSTA JÚNIOR, Helio Pereira da. Estudo da participação e permanência dos jovens na agricultura familiar na localidade do ancorado em Rosário da Limeira – MG. 2007. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Sustentabilidade) – Centro Universitário de Caratinga, Caratinga, 2007. Disponível em: https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/UNEC_91ae25c3358f32878ce16d92e48cff6d. Acesso em: 26 Fev. 2023.

COUTO, Vitor de Athayde; REIS, Livia Liberato de Matos; SILVA, Edna Maria da. Pluriatividade e renda familiar no projeto de assentamento São Jorge e São José (PASJ), Região Cacaueira, Bahia. *Revista Macambira*, v. 1, n. 1, 2017. Disponível em: <http://revista.lapprudes.net/index.php/RM/article/view/105>. Acesso em: 26 Fev. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Territórios da educação do campo. In: ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves (Orgs.). Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

FISCHER, Maria Clara Bueno; PEREIRA, Anny; TIRIBA, Lia. Juventude, Associativismo e Economia Solidária: “não é por centavos, é por direitos”. *Mercado de trabalho: conjuntura e análise*, v. 55, p. 69-76, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/256139/000902179.pdf?sequence=1>. Acesso em: 07 Dez. 2022.

GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Introdução. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. São Paulo: FUNDAP, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS - IBGE. Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 02 Jan. 2023.

KLEIN, Ana Maria; ARANTES, Valéria Amorim. Projetos de vida de jovens estudantes do ensino médio e a escola. *Educação & Realidade*, v. 41, n. 1, 2016, p. 135-154. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0100-31432016000100135&script=sci_abstract. Acesso em: 14 Dez. 2022.

KUMMER, Rodrigo; COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude Rural no Brasil: entre ficar e partir. *Tempo da Ciência*, v. 20, n. 39, p. 201-220, 2013. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/article/view/9817>. Acesso em: 26 Fev. 2023.

LIMA, Gisania Carla de; SILVA, Severino Bezerra da. Rural youth and educational processes. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 11, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/10691>. Acesso em: 13 Dez. 2022.

MÜLLER, Ana Paula Fest. Valores familiares contemporâneos da ‘Geração Canguru’ na perspectiva de pais e filhos. 2018. 134 f. Dissertação (Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2018. Disponível em: <http://ri.ucs.br:8080/jspui/bitstream/prefix/402/1/DISSERTACAOANAM%c3%9cLLER.pdf>. Acesso em: 24 Fev. 2023.

OLIVEIRA, Márcia Freire; MENDES, Luciano; VASCONCELOS, Andrea Costa van Herk. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 59, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/rqJZYn8tbSbMnF9CgDXwbQ/>. Acesso em: 14 Dez. 2022.

PEREIRA, Isabel Brasil. Educação Profissional. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 288-295.

REDIN, Ezequiel; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da; SANTOS, Vilson Flores dos. Juventude rural e novas formas de sociabilidade mediadas pelas tics. *Signos do Consumo*, v. 5, n. 2, p. 225-244, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/signosdoconsumo/article/view/76390>. Acesso em: 14 Dez. 2022.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco. Ser e não ser da roça, eis a questão! Identidades e discursos na escola. Salvador: EDUFBA, 2011.

RUBENICH, Indiane Witcel. A sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na cooperativa de produção agropecuária Nova Santa Rita (Coopan), Nova Santa Rita (RS). 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2017. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/511>. Acesso em: 26 Fev. 2023.

SANTOS, Dione Costa. Juventude rural e economia solidária: uma revisão de literatura. Monografia (Tecnólogo em Gestão de Cooperativas) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, campus Serrinha. Serrinha, p. 43, 2022. Disponível em: https://ifbaiano.edu.br/portal/gestao-cooperativas-serrinha/wp-content/uploads/sites/81/2021/12/Trabalho-de-Conclusao-de-Curso_Dione-Costa-Santos.pdf. Acesso em: 14 Dez. 2022.

SILVA, Nádia da; LEÃO, Amanda Farias; STANCK, Luci Teixeira; STANCK, Juliana Aparecida Teixeira; RODRIGUES, Natalia Camargo; ORSI, Nicole; PEIXER, Zilma Isabel; BRITO, Andréia Nunes Sá. Juventude rural e agricultura familiar: diálogos através da pesquisa e extensão. 2016. In: 7º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária Ouro Preto, Minas Gerais. Disponível em: <https://proex.ufsc.br/files/2016/09/Juventude-Rural-e-Agricultura-Familiar-educa%C3%A7%C3%A3o-Nadia-CBEU-2016.pdf>. Acesso em: 21 Mar. 2020.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUZA, Antonio José de. O já-dito e não-dito acerca das identidades e cultura afro-brasileira: histórias de vida-formação-profissão dos docentes de classes multisseriadas. Curitiba: CRV, 2018.

SOUZA, Antonio José de. Tornar-se negrogay: a história de vida de um homem-professor situado e “sitiado”. 2022. 183 f. Tese (Doutorado em Família na Sociedade Contemporânea) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2022.

SOUZA, Edeilson Brito de; SANTOS, Glauciane Pereira dos; JESUS, Iaçanan Carneiro de; SOUZA, Heron Ferreira. Princípios Agroecológicos e Solidários na Comunidade Barro, Serrinha-Ba: problematizações, diálogos e fazeres. Anais II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local: como trabalhar e produzir na contramão do empreendedorismo. Feira de Santana-Ba, 2018. p. 168-181. Disponível em: <http://iiciepsuefs.blogspot.com/2018/11/anais-do-ii-cieps.html>. Acesso em: 27 Mar. 2020.

SOUZA, Maria Luiza de. Desenvolvimento comunitário e participação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Debora de Lima; DUARTE, Mariana Ferraz; MORIMOTO, Pâmela. Manual de metodologias participativas para o desenvolvimento comunitário. São Paulo: ECOAR, 2008.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VALADARES, José Horta. Cooperativismo: lições para nossa prática. Brasília: SESCOOP, 2003.

VIANA, Nildo. Juventude, Trabalho e Projeto de Vida. In: Seminário Internacional Juventudes na Contemporaneidade. Goiânia, 2012, p. 164-181. Disponível em: https://www.cienciasociais.ufg.br/up/106/o/anais_seminario_juventudes_2012.pdf_final.pdf. Acesso em: 17 Jul. 2019.

Submetido em: 07/05/2023 Aceito em: 02/08/2023.